



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Pré Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(s/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

APARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJAÍ – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidão – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlik: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de política educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCEnte NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCEnte EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): **Pierre André Garcia Pires**)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): **Regina Coeli Machado e Silva**)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): **Rosane Castilho**)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): **Silvio Carlos dos Santos**).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): **Sorinéia Goede**).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): **Tarcio Leal Pereira**).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): **Thais Weiller**).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): **Wanirley Pedroso Guelfi**).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): **Camila Itikawa Gimenes**).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): **Adriana Márcia Prado de Araújo et alii**).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): **Patrícia Santos Fonseca et alii**).

AValiação em LARGA ESCALA: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): **Rivanda dos Santos Nogueira et alii**).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): **Cláudio Renato Moraes da Silva**).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): **Domiciane Araújo Azevedo**).

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguay e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo institucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)

**CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO
LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO¹**

Allene Lage², UFPE, allene Lage@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo se insere no âmbito de um projeto de produtividade do CNPq e está orientada para estudar os fenômenos envolvidos na questão da mulher dentro dos movimentos sociais do campo em Pernambuco, especialmente os que se relacionam com a educação, a identidade e os saberes de luta. Assim, partimos da ideia da convergência do pensamento pedagógico latino-americano produzido no século XIX e XX que tratam da questão das relações desiguais de gênero e educação, nas ideias de Nísia Floresta (1810-1885), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Gabriela Mistral (1889-1957). Nesse sentido procurar ecos desse pensamento nas atuais experiências educativas dos movimentos sociais do campo de/com mulheres, especialmente do MST-PE e o MMTR-NE. No que se refere a metodologia utilizadas, foi de cunho qualitativo, com estudo bibliográfico sobre a obra de Nísia Floresta, Maria Lacerda de Moura e Gabriela Mistral e com coleta de dados em duas oficinas realizadas entre as mulheres destes dois movimentos sociais, sob o tema educação, violência e mulheres nos movimentos sociais do campo. As nossas conclusões apontam para a atualidade do pensamento destas três intelectuais e convergência de suas ideias com as compreensões das mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco.

Palavras-chave: Nísia Floresta, Maria Lacerda de Moura, Gabriela Mistral, pensamento latino-americano, mulheres trabalhadoras rurais.

INTRODUÇÃO

A década de 1980 é o marco histórico de (re)organização de muitos movimentos sociais do campo na América Latina. É também nesse período, pós-ditadura e no bojo das transformações políticas neoliberais que os movimentos de mulheres do campo ganham força e significativa expressão em seus processos de luta.

¹ As reflexões deste artigo estão baseadas na minha experiência de docente e de pesquisadora nos últimos dez anos, na área de movimentos sociais e educação, e no atual projeto de pesquisa de produtividade científica do CNPq, "A mulher nos Movimentos Sociais do Campo: identidades, saberes de luta e educação: um estudo comparado entre as mulheres do Movimento Sem Terra (MST) e as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), que se encontra em fase final.

² Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste, e do Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de pesquisa Educação, Estado e Diversidade.



As experiências de luta pela ditadura dos movimentos camponeses e as experiências sindicais que muitas mulheres participaram e o reconhecimento de que as mulheres passam por problemas específicos tanto pelas instâncias sindicais como pelos demais movimentos sociais foi um processo lento, mas que levou as mulheres a questionarem sua condição social.

Esse é também um dos principais argumentos legitimadores da “autonomia” dos movimentos de mulheres frente a outros movimentos sociais, uma vez que consideram que suas demandas sempre foram secundárias nesses espaços. Através de um discurso construído a partir de conceitos como opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação, os movimentos sociais do campo de mulheres ou com mulheres justificam sua existência histórica em termos de autonomia política.

Neste sentido, as experiências políticas e os processos de educação dentro dos movimentos sociais motiva o estudo com teóricos que trazem um aporte diferenciado, que contribui para uma nova consciência que leva a apropriação do conhecimento por diversas razões, tais como o sonho de conquistar direitos, a descoberta de novas subjetividades, a perspectiva da apropriação do saber como aspecto importante para a capacitação da luta política, a realização pessoal entre outros, são fatores que motivam este processo. Assim o conhecimento se torna transformador quando o sujeito se reconhece no outro, dentro de um movimento de ida e volta, onde o conhecimento das diferentes áreas forma uma totalidade articulada entre si, que transforma a forma de pensar o mundo, para nele agir.

Entender esta dinâmica que respeita as desigualdades sociais construídas e as diferenças de gênero, religião e de etnia, as manifestações regionais e a cultura popular, dentro de um processo de politização e humanização da pessoa, conduz o sujeito a compreender a importância do conhecimento como uma construção histórico-social, fundada numa relação predominante de troca de saberes.

Em face do exposto o nosso objetivo geral é, considerando o pensamento pedagógico latino-americano produzido no século XIX e XX que tratam da questão das relações desiguais de gênero e educação, conhecer as repercussões as ideias de Nísia Floresta, Maria Lacerda de Moura e Gabriela Mistral que encontram eco nas atuais experiências educativas dos movimentos sociais do campo de/com mulheres.





1. REFERENCIAL TEÓRICO

Nossas referências reúnem três ícones do pensamento pedagógico latino-americano que têm grandes repercussões na atualidade, quando se trata da relação educação e mulher, que são: Nísia Floresta (1810-1885); Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Gabriela Mistral (1889-1957).

1.1. Nísia Floresta

Nísia Floresta foi uma das pioneiras da educação feminista do Brasil, tendo sua obra voltada para a defesa da educação das meninas e da criação de escolas. Precursora não apenas da luta das mulheres por educação igualitária entre mulheres e homens, mas também por uma educação melhor para todos. Para esta intelectual a mulher tem um papel fundamental na transformação da sociedade, por isto era necessário investir na educação das mulheres.

Segundo Graziela Rinaldi da Rosa (2010) em sua análise sobre a obra de Anísia Floresta, afirma que esta propôs uma reforma sobre o comportamento, posição e atuação política das mulheres. Nessa direção destaca ainda que para esta feminista as mulheres devem ser reconhecidas, ao mesmo tão capazes quanto aos homens de ensinar ciências e que se as mulheres não são vistas nas cadeiras da universidade, não se pode dizer que seja por incapacidade, mas sim por efeito da violência com que os homens se sustentam nesses lugares, sob o prejuízo das mulheres.

Na obra denominada “*Opúsculo humanitário*” faz uma crítica radical sobre a educação formatadora de comportamentos e visões de mundo construída socialmente para mulheres, no sentido de torna-la descrente de suas potencialidades emancipatórias, ao mesmo tempo refém da imagem de um mundo onde só há subalternidade, quando diz que “a ignorância de nossas mulheres poderá um dia ser substituída por conhecimentos que as tornem dignas de renome. Mas o mesmo não acontecerá a respeito da viciada educação que, como incêndio, vai lavrando pelo centro das famílias e deixando consideráveis vestígios, que nenhuma instrução conseguirá apagar” .

Sua obra é vasta, mas dentre ela podemos apontar as seguintes:

- Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens (1832)
- Conselhos à Minha Filha (1842)
- Fany ou o Modelo das Donzelas (1847)
- Daciz ou a Jovem Completa (1847)
- A Lágrima de um Caeté (1849)
- Dedicção de uma Amiga (1850)

- 
- Opúsculo Humanitário (1853)
 - Páginas de uma Vida Obscura – Um Passeio ao Aqueduto da Carioca – Pranto Filial (1854)
 - Itineraire d'un Voyage en Allemagne (Itinerário de uma Viagem à Alemanha) (1857)
 - Scintille d'un'Anima Brasileira (Cintilações de uma Alma Brasileira) (1859)
 - Trois Ans en Italie, Suivis d'un Voyage en Grèce (Três Anos na Itália, Seguidos de uma Viagem à Grécia) – 1º volume (1864)
 - Woman (A Mulher) (1865)

1.2. Maria Lacerda de Moura

Maria Lacerda de Moura, expoente de luta da mulher no movimento anarquista e libertário na qual reivindicava de maneira contundente uma educação igualitária para mulheres e homens, em oposição à discriminação da mulher na educação que a colocava em posição de ignorância e infantilidade.

Em 1921 fundou a Federação Internacional Feminina, com o objetivo de debater questões relativas à mulher e também a criança, na perspectiva de transformar as relações sociais capitalistas. Encampou também a luta pelo voto, mas conforme afirmam Edla Eggert e Joice Oliveira Pacheco (2010), Maria Lacerda de Moura “entendeu que o voto, na verdade, era um processo inadequado de luta pelo poder, pois beneficiava poucas mulheres sem pensar de fato na multidão feminina que era explorada e oprimida pela organização social injusta”.

Trouxe a discussão, na década de 1960, como agenda de luta feminista a questão da mulher nos trabalhos acadêmicos, antes mesmo deste debate surgir entre as feministas norte-americanas. Para a época suas ideias eram consideradas revolucionárias, especialmente no campo da educação, na medida em defendia questões sobre o controle da natalidade, através da maternidade consciente, a independência financeira das mulheres para romper com a submissão ao homem e sobre a desigualdade de direitos entre mulheres e homens.

Na sua obra denominada “A mulher é uma degenerada? Das vantagens da educação intelectual e profissional da mulher na vida prática das sociedades” diz que “considerando a escravidão secular feminina (...) a educação é incapaz de desenvolver aptidões e faculdades latentes - deseduca, continua o prejuízo tradicional (...) Assim é indispensável revolução na educação, a fim de ruir todo o edifício antigo e reconstruir novos alicerces mais sólidos, racionais, científicos.



Sua obra é vasta, mas dentre ela podemos apontar as seguintes:

- Em torno da Educação
- Renovação
- A fraternidade na escola (1922)
- A mulher hodierna e o seu papel na sociedade (1923)
- A mulher é uma degenerada? (1924)
- Lições da Pedagogia (1925)
- Religião do amor e da beleza (1926)
- De Amundsen a Del Prete (1928)
- Civilização, tronco de escravos (1931)
- Amai-vos e não vos multipliqueis (1932)
- Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me... (1933)
- Han Ryner e o amor no plural (1933)
- Clero e Fascismo, horda de embrutecedores (1933)
- Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital (1933)
- O Silêncio (1944)

1.3. Gabriela Mistral

Gabriela Mistral, poeta chilena, Prêmio Nobel de Literatura (1945), dedicou parte de sua obra literária para a educação, com foco sobre a criança, na perspectiva da urgência do trabalho com as crianças. Traz a defesas em seus escritos sobre educação da beleza e da ternura como parte intrínsecas da prática pedagógica. Conheceu de perto a realidade indígena e especialmente a população mapuche, além da realidade de muitos outros países. Cooperou com o governo do México nos plano de ensino nas missões rurais e indígenas, ao mesmo tempo em que contribuiu decisivamente para as campanhas de bibliotecas populares.

Segundo Telmo Adms (2010) destacou-se por sua obra carregada de intensidade e sentido humano e se aproximam de modo especial das crianças, na qual tratou de temas vitais tais como: a vida, a escola e o ensino, a criação literária, o religioso, o social e a mulher de seu tempo e de todo tempo o indígena, a natureza, o geográfico, o mito, os costumes, as artes, as questões chilenas e da América toda.

Em seu poema “La maestra rural” quando diz “*La maestar era pobre. Su reino no es humano (...) La maestra es alegre. ¡Pobre mujer herida*” discute as precárias condições da professora rural. Em outro poema “A oração da professora” retrata o silenciamento de uma professora que dentro das amarras da resignação que aprenderam a ser, luta contra o desejo de justiça que a perturba, como se vê: “Mestre, torna-me



perdurável o fervor e passageiro desencanto. Arranca de mim este impuro desejo de justiça que ainda me perturba, a mesquinha insinuação de protesto que sobe de mim quando me ferem”.

Sua obra é vasta, mas dentre ela podemos apontar as seguintes:

- Sonetos de la Muerte, 1914
- Desolación, 1922
- Lecturas para Mujeres, 1923
- Ternura, 1924
- Nubes Blancas y Breve Descripción de Chile, 1934
- Tala, 1938
- Antología, 1941
- Lagar, 1954
- Recados Contando a Chile, 1957
- Poema de Chile, 1967

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, com estudo bibliográfico sobre a obra de Nísia Floresta, Maria Lacerda de Moura e Gabriela Mistral e suas repercussões nos processos educativos do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco (MST-PE), ambos com sede na cidade de Caruaru.

Esta pesquisa, que faz parte de um projeto maior de produtividade científica do CNPq e está orientada para estudar os fenômenos envolvidos na questão da mulher dentro dos movimentos sociais do campo em Pernambuco, especialmente os que se relacionam com a educação, a identidade e os saberes de luta. Procurando compreender os caminhos das mulheres do campo para as suas emancipações, resistências e transgressões, em face ao desafio de superação das opressões, das invisibilidades, da construção de novas identidades, de novos saberes.

Seguindo a linha do projeto principal essa pesquisa é do tipo exploratória e explicativa. Exploratória, porque está sendo realizada no contexto do estudo sobre a questão da mulher dentro dos movimentos sociais, com o propósito de desvelar e compreender novos aspectos dessa temática em diferentes contextos e formas de estruturação social. É também explicativa, pois terá a preocupação central de identificar fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos que afetam de forma positiva ou



negativa, os processos de luta e resistência deste grupo de mulheres e as possibilidades de transformação social a partir de suas ações e ressignificação de suas visões de mundo.

As técnicas de coleta de dados foram várias, pois buscou atender as oportunidades de compreensão que duas oficinas realizadas entre as mulheres destes dois movimentos sociais. O relatório dessas oficinas, dentro de uma perspectiva de observação participante se converteu no principal instrumento de sistematização dos dados do campo.

As duas oficinas realizadas sob o tema educação, violência e mulheres nos movimentos sociais do campo, no mês de março de 2011, no Campus Agreste da UFPE, para fins deste projeto que foram as seguintes:

- 29/03/2011 - Oficina – Violências contra as Mulheres do Campo
- 30/03/2011 - Oficina – Educação da Mulher Trabalhadora Rural

2.1. Método do Caso Alargado

O melhor método a ser utilizado não é aquele mais conhecido e de domínio amplo, mas aquele que consegue investigar todos os pontos relevantes para que os resultados da pesquisa sejam alcançados. Nesse sentido, esta pesquisa foi fundamentada Método do Caso Alargado que parte do Estudo de Caso e ao final alarga suas implicações ao olhar a sociedade.

A base inicial, especialmente procedimental do Estudo de Caso, proporciona aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado a partir do encontro da teoria com a realidade, da ação e da criatividade. Nesta direção, a utilização do Estudo de Caso é importante para a compreensão do tema pesquisado, por proporcionar um exame mais abrangente sobre as várias implicações do estudo da mulher dentro dos movimentos sociais do campo em Pernambuco. Segundo Goldenberg (2000):

“O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso complexo. Através de um estudo profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso



possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística” (Goldenberg, 2000: 33-34).

Após esta análise holística, surge a necessidade de ampliar o universo das implicações sobre o estudo. Dentro desta perspectiva, o Método do Caso Alargado consubstancia a necessidade de ampliar as conclusões do estudo de caso, pela especificidade do tema da pesquisa. Assim, elegemos o Método do Caso Alargado, utilizado por Boaventura de Sousa Santos (1983) e posteriormente por Michael Burawoy (1991; 2000), e por Lage (2005) para fins desta pesquisa, de modo a visibilizar uma convergência pedagógica entre dois movimentos sociais do campo que atuam no estado de Pernambuco.

Desse modo, o caso torna-se alargado nas suas implicações, não é na análise estrita do caso – o estudo de caso é uma janela através da qual se vê a sociedade e outras coisas de forma mais ampla.

Neste sentido, o método do caso alargado propõe que,

“Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interacções que o constituem” (Santos, 1983: 11).

De fato, o Método do Caso Alargado propicia uma conclusão de maior profundidade sobre a investigação realizada, incidindo não apenas sobre os casos estudados – isoladamente ou comparados – mas porque oferece uma estrutura metodológica capaz de ampliar o espectro das reflexões, amplia o universo da análise de modo que esta possa discorrer acerca de questões importantes relacionadas com o tema e presentes na sociedade.

3. Universo da Pesquisa – MST-PE E MMTR-NE

O Universo da nossa pesquisa será representado por dois importantes movimentos sociais: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. A escolha destas duas experiências se deu em primeiro lugar por se tratarem de dois movimentos sociais do campo e em segundo lugar pelo tempo da vida destas.

Mesmo havendo diferenças entre os dois movimentos, especialmente porque um contempla as lutas de gênero entre mulheres e homens dentro da mesma organização e dentro de uma luta maior e, o outro a luta de gênero dentro de uma organização somente de mulheres, há entre estas experiências uma convergência dos limites, dificuldades e dos esforços por mudarem as relações de gêneros e a preocupação com melhores condições de vida para as mulheres do campo. Neste sentido, quadro a seguir nos aponta as primeiras aproximações para este estudo comparativo sobre a mulher dentro destes dois movimentos sociais.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - PE	MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS - NE
Ano de Fundação: 1989 com a primeira ocupação de Terra em SUAPE Município do Cabo-PE.	Ano de Fundação: 1986
Origem: Pastorais da Terra	Origem: Sindicatos rurais
Nº aproximado de pessoas da organização: 12 mil famílias Assentadas e 18 mil acampados em Pernambuco em 154 assentamentos.	Nº aproximado de pessoas da organização: 180
Área de atuação geográfica: Ao nível nacional está organizado em 24 Estados brasileiros. Em Pernambuco está organizado em todas as regiões do Estado.	Área de atuação geográfica: Região Nordeste
Objetivos gerais ou missão da organização: O principal objeto do MST é realização de uma Reforma agrária no Brasil e a concretização de uma sociedade socialista	Objetivos gerais ou missão da organização: ▪ Articular, capacitar e organizar mulheres trabalhadoras rurais nos nove Estados do Nordeste despertando e fortalecendo grupos e outras organizações de modo a construir na elevação de sua autonomia auto-estima e criatividade para o enfrentamento de problemas e desafios do mundo rural principalmente no combate a todo tipo de discriminação e violência sexista rumo à construção de novas relações de gênero e de uma sociedade justa e solidária; ▪ Reforçar a participação consciente das mulheres trabalhadoras rurais para transformar a realidade de opressão nas relações existentes; ▪ Construir mecanismos para ampliar a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços públicos a nível Estadual, Regional, Nacional e Latino América; ▪ Trabalhar a questão da produção, articulando-se com a problemática de gênero e as políticas de governo para o campo.



Temas, áreas de trabalho ou atuação	Temas, áreas de trabalho ou atuação
Educação, Produção, Formação Política, Saúde Alternativa e Preventiva, Cultura, Comunicação, Gênero, Direitos Humanos e Meio Ambiente.	Articulação, Capacitando e organizando; Relações de Gênero; Violência Contra Mulher; Cidadania; Relações de Parcerias; Valorização da Arte e da Cultura; Políticas Públicas; Terra, Produção e Geração de Renda; Convivência com o Semi-Árido; Fortalecimento Institucional; Formação de Educadoras; Capacitação de Lideranças.

As informações foram extraídas do Catálogo das Organizações da Sociedade Civil de Caruaru - CAA/UFPE, resultante do projeto "Identificação e caracterização da sociedade civil de Caruaru/PE" coordenado por Allene Lage.

3.1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Pernambuco

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST tem sua origem no final da década de 1970, num cenário de fim de ditadura militar, abertura política e retomada do processo de democratização do Brasil. A organização da primeira ocupação de terra – a gleba Macali, em Ronda Alta, em 7 de setembro de 1979, realizada por um grupo de agricultores sem terra no estado do Rio Grande do Sul, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra foi o marco de fundação desse Movimento. Em Janeiro de 1985, oitenta representantes de organizações camponesas de dezoito estados brasileiros reuniram-se próximo à cidade paranaense de Cascavel e decidiram criar um movimento nacional que congregasse camponeses para reivindicar o acesso à terra.

A organização do MST em Pernambuco aconteceu desde a fundação do Movimento, mais concretamente a partir do primeiro congresso, realizado entre em Janeiro de 1985. A estratégia foi desde o início, massificar a luta pela terra nas principais regiões do país, levando em consideração a concentração de Trabalhadores Rurais Sem Terra e o potencial de desenvolvimento da agricultura.

No ano de 1989 o MST realiza no Estado de Pernambuco a primeira ocupação de terra com grande expectativa, pois o Movimento Sem Terra contava com a história de luta dos trabalhadores e trabalhadoras da região. Contava com o apoio do então governador Miguel Arraes, que tinha uma história muito vinculada às grandes lutas dos camponeses da Zona da Mata de Pernambuco, principalmente porque fora governador do Estado durante o auge das lutas das Ligas Camponesas.

Segundo Amorim e Souza (2008) a lógica do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Zona da Mata do Estado de Pernambuco se deu a partir da estratégia de expandir a bandeira da luta da Reforma Agrária e resgatar as lutas históricas do povo nordestino, levando em conta as lutas pela terra já desenvolvidas nesta





região. Esperava-se que a conjuntura fosse favorável à fundação do MST já que se tinha o entendimento de um governo popular, de Miguel Arraes, e um sindicalismo combativo.

Um marco importante do da luta do MST em Pernambuco na região do Agreste foi a ocupação da Fazenda Normandia, por 179 famílias no dia primeiro de maio de 1993. Para Amorim e Souza (2008), a ocupação se transformou em símbolo de resistência e de luta, pois foram quatro despejos e cinco ocupações até a vitória definitiva, em novembro de 1997. Essa luta projetou o Movimento Sem Terra no cenário da luta política no Estado de Pernambuco. A luta da Normandia e todas as contradições surgidas a partir do processo legitimaram a luta pela Reforma Agrária em Pernambuco, principalmente quando se dava por certa a derrota do processo de desapropriação da Fazenda.

Na luta pela reforma agrária a participação das mulheres na conquista na terra tem sido fundamental e tem feito emergir outras lutas, como a pela igualdade nas relações de gênero. Neste sentido, Lage (2005) afirma que a vivência no acampamento é o primeiro espaço de luta conquistado, por meio de um intenso processo de socialização e politização, na medida em que esta oportunidade, que inicialmente está voltada para a gestão dos barracos, extrapola imediatamente para a gestão quotidiana do acampamento. Simultaneamente, organizam-se uma rede de solidariedades e aprendizagens, ampliando assim o campo de atuação. Passam a resolver as questões da luta diária, relativa ao viver num acampamento com todas as suas precariedades.

Contudo vencer a cultura machista, nem dentro de um movimento social é tarefa fácil. Para reforçar a construção de uma nova consciência de relações iguais entre homens e mulheres, o MST tem adotado desde a última década uma política de gênero mais impositiva em todos os assentamentos e acampamentos de reforma agrária de modo a forçar a mudança destas relações, na medida em que tornou-se obrigatório em todas as instâncias representativas do Movimento ser formada por um homem e uma mulher. De qualquer modo são as mulheres que estão a carregar esta bandeira da igualdade, tanto no âmbito familiar quanto no coletivo.

3.2. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - Nordeste

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR-NE nasceu das reflexões e do intercâmbio de mulheres em duas micro-regiões dos estados de Pernambuco e Paraíba, na década de 1980. A participação destas mulheres no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 1985, foi um momento muito



importante para fortalecer essa definição. Assim, inicia-se a articulação nos nove (09) estados do nordeste.

O MMTR-NE com sede por vinte e um anos em Pernambuco surge a partir de demandas que agregam a condição de trabalhadora rural, a experiência das mulheres em mobilizações nas frentes emergenciais e por direitos previdenciários. Entretanto, ainda que estes se constituam enquanto espaços apenas de mulheres, este movimento traz o legado da luta pela sindicalização de mulheres, pelo seu reconhecimento como trabalhadora rural e direcionam suas lutas para os sindicatos, buscando, sobretudo, ocupar espaços de peso na hierarquia sindical.

O MMTR-NE começou a se organizar a partir da discussão das dificuldades, dos sonhos e dos desafios de grupos de mulheres das áreas rurais da Paraíba e de Pernambuco na década de 1980. Atualmente, são mais de três mil mulheres organizadas, lideranças de organizações de base comunitária em nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco; Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, e Sergipe).

Segundo a Secretária Geral, Sra. Margarida, em entrevista para o projeto “Organizações da Sociedade Civil de Caruaru”, antes as mulheres não tinham direito de participar de discussões políticas, fato que está mudando com o tempo. Além disso, não existia, entre as organizações feministas, um movimento voltado para as mulheres trabalhadoras rurais no Nordeste. Tudo isso foram fatores que contribuíram para a criação do MMTR naquele momento. Atualmente, com sede em Caruaru (Pernambuco), a organização conta com coordenações municipais e estaduais, diretoria composta por duas mulheres em cada estado da Região Nordeste e uma secretária executiva. O Movimento desenvolve programas de: Formação de Lideranças, Formação de Educadoras, Geração de Renda, Comunicação, e Cidadania da Trabalhadora Rural.

Neste sentido o MMTR-NE ainda trabalha com diversas temáticas, que vão desde questões relacionadas à saúde até assuntos envolvendo direito previdenciário. Atualmente, a temática mais discutida é a violência contra a mulher, pois esta é uma realidade enfrentada por muitas mulheres, particularmente em Pernambuco, que é um dos estados brasileiros onde há um maior índice de violência e crimes contra a mulher.

Um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres vítimas de violência é a falta de documentação. Ainda segundo a Secretária Geral do MMTR-NE, muitas mulheres vão à delegacia dar queixa, mas não conseguem registrar por não terem documentos. A



falta de documentação faz com que a mulher não deixe apenas de denunciar, mas também de exercer o papel de cidadã, com direitos e deveres.

Por isso, um dos grandes desafios do MMTR-NE foi fazer com que todas as mulheres membros deste Movimento tivessem a documentação básica. Neste sentido o MMTR-NE lança a campanha fortíssima de documentação em 1997, que culminava com possibilidade da capacitação das mulheres na questão da cidadania, indo para além da documentação, levando-as a refletirem sobre outros aspectos sociais relacionados à questão da mulher e suas subalternizações históricas.

Nesta direção, Cabral (2006) afirma que o Movimento Feminista e o MMTR-NE trazem consigo alguns traços que se assemelham, principalmente, quanto às metodologias de trabalho, quando ambos resgatam a identidade e promovem a auto-estima das mulheres.

4. DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS

A nossa proposta é procurar a convergência do pensamento de Nísia Floresta, Maria Lacerda de Moura e Gabriela Mistral na compreensão das questões relacionadas a desigualdade de gênero entre mulheres do MST-PE e do MMTR-NE, bem como estas questões repercutem ou são percebidas por estas mulheres na escola ou na vida cotidiana nos processos formativos dentro dos movimentos sociais do campo.

O que há de comum nestas três mulheres, além da convergência de seus pensamentos, é o fato de elas em sua época viveram a marginalização da mulher e por isto suas ideias revolucionárias tiveram grande importância enquanto crítica feminista, mas fortemente precisamente Nísia Floresta e Maria Lacerda de Moura, e a crítica pedagógica de Gabriela Mistral, com um olhar crítico voltado para as questões da educação que negavam as subalternidades por ela mesma reforçada.

Considerando que a obra destas três intelectuais é vasta, procuramos no conjunto de suas ideias-temas presentes nas obras apontadas, articular aquelas que de alguma maneira dialogam com as compreensões das mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco. Não identificamos as autoras das falas, por que o interesse não são as ideias individualmente, mas sim, enquanto trabalhadoras rurais ligadas à movimentos sociais do campo.



Sobre cidadania:

A gente sabe que para se atingir a Cidadania, a gente precisa discutir a questão da saúde, da educação, que no meio rural entra as mulheres é uma grande dificuldade, discutir a questão do crédito. Apesar de termos o Programa de Geração de Renda, a gente sabe que se as mulheres não tiverem sua autonomia, não alcançarão a cidadania.

(...)

A gente acredita que as mulheres trabalhadoras rurais foram um segmento na sociedade que avançou muito no seu protagonismo político. Nós mulheres somos atualmente organizadas, mulheres que tiveram muitas conquistas, mas a questão da violência contra as mulheres trabalhadoras rurais foi uma questão que cresceu ao longo da história.

(...)

Então a gente precisa fortalecer as mulheres! E isso só pode acontecer com o conhecimento (...) , E que conhecimentos são esses? Também não é qualquer um. Eu tinha uma preocupação muito grande, como o campo ainda é uma área muito prejudicada nestas questões das políticas públicas, na saúde pública para a mulher, da educação.

(...)

E não existe soberania quando a gente estiver sofrendo lá na ponta, mulher sendo surrada, mulher sendo assassinada por problemas banais. Nós podemos considerar que as mulheres vivem numa guerra civil e aí a gente não consegue trazer essa discussão pra um âmbito maior, ou talvez isso não seja o interesse do conjunto da própria sociedade, que já naturalizou tanto.

Sobre o poder da mídia e o acesso à informação:

E a questão da comunicação, que a gente sabe que ela é uma coisa muito importante, pois através dela podemos nos emponderar muito, a gente pode saber como as coisas estão acontecendo, tendo domínio destas questões. Ter domínio na questão da internet, da fala pública, a gente capacita as mulheres para que elas vão aos programas de rádio, vão a qualquer espaço e estejam capacitadas para falar, pois essa questão da fala em público, sempre foi negada as mulheres, muitas de nós temos medo de pegar no microfone.

(...)

Levar a educação e a comunicação pra essas mulheres. Muitas sofrem por falta de conhecimento e isso abrange tanto na vida sexual dela com o marido, na



educação dela, na convivência com os filhos e uma série de coisas que vai perpetuando nas gerações. Muitas coisas que a mulher do campo não sabe.

Sobre violência contra a mulher e autonomia do corpo:

a gente conseguiu esclarecer o que é esta violência contra a mulher, que esta não se refere só a violência física, mas são todos os tipos de violência que causam danos a vida econômico, emocional das mulheres. A violência não é só aquela que dá um tapa, que fica roxo, que fica a marca. Tem violência que fica outros tipos de marca e que como ela não é percebida, ela não é considerada. Muitas vezes, nem as próprias vítimas tem a consciência de que isso é violência. (...)

Se você falar em aborto, é onde a casa cai. E muitas mulheres são obrigadas a transar sem camisinha por que não é admitido, por que a mulher é considerada prostituta, promiscua.

(...)

Então a questão da violência também passa por isso, a questão do direito ao corpo. E o direito ao corpo é dizer: Eu quero, não quero, eu quero ou não quero ter filho, eu quero ou não quero abortar. O direito ao corpo é também o direito de decidir se quer ou não abortar. Isso não é uma questão da Igreja, de decidir sobre o corpo da mulher.

(...)

Então a questão da violência é também uma discussão que a gente tem que ter sobre o direito da mulher sobre seu próprio corpo.

Desde menina a gente já é educada a negar a nossa sexualidade, a negar o direito ao nosso corpo então se a gente não tem direito ao nosso corpo, se o corpo não é nosso, é de quem? Às vezes é do Estado ou é do nosso companheiro, ou de alguém que a gente escolhe pra dividir nossa vida.

(...)

O homem bate, o homem violenta a mulher por que ele acredita que ele tem o direito, por que ele é superior, por que ele é homem. Ele tem o direito da propriedade sobre a mulher. A mulher esposa, a mulher filha, a mulher irmã, muitas vezes a mãe. Essa é uma violência de gênero. Qual é o gênero que está em desvantagem nesse caso?

Sobre desigualdade, ideologia e cultura:

Nossos inimigos não são os homens, nosso maior inimigo é essa questão que foi formada pela ideologia cultural, por que nada se transforma numa sociedade se



a gente não transformara a ideologia de um povo, a cultura de um povo. E tudo isso que estamos discutindo está incluído dentro da questão cultural e quando a gente entende que tem essa questão cultural por traz de tudo isso existe a tendência de naturalizar alguma violência, alguma opressão.

(...)

Como a gente trabalhar uma formação cultural que envolve o homem e a mulher? (...) Tudo esta ligado a questão cultural, o azul e o rosa, o lilás. Gente eu não posso usar rosa senão eu vou virar mulher. Mas as mulheres vestem preto, vestem azul, veste rosa, veste vermelho e nunca mudamos essa questão da sexualidade e o homem acha que isso vai mexer muito com ele. É uma questão muito forte que a gente não consegue mudar do dia ara a noite e não é as mulheres sozinhas que vão mudar não. As mulheres sozinhas precisam se fortalecer. Mas a transformação não vai ser dada somente para as mulheres se a gente pensar numa emancipação mais humanitária, a gente tem que pensar nessa questão de conjunto mesmo entre homens e mulheres, nas questões das novas relações..

(...)

Hoje a gente percebe dentro de nossas áreas que não é fácil quebrar essas relações de gênero, da participação da mulher. E quando você ver que uma mulher tem outra atividade, a gente percebe uma agregação de tarefas. E como se dá essa agregação de tarefas? Se você quer ir para uma assembléia, vai primeiro cuidar do feijão, do arroz e dar conta disso até 8h, coisa que você só dar conta de 11h, tem que acordar mais cedo e fazer as coisas para que você participe.

(...)

Quais são os meios que a gente mexe com a questão da ideologia e a questão da cultura? São nas associações, nas escolas, por que tudo que se mexe com formação de ideia a Igreja é uma, a mídia é outra, como a gente mexe nestas questões? A televisão é um veiculo e formador de opinião, de ideia e como a gente vai transformar isso aqui? A escola também é formadora de opinião. Então esses espaços têm também como compromisso estar discutindo estas questões. Para que a gente não fique sozinha na arena. Nossa responsabilidade é formar ideologicamente essas pessoas, culturalmente, pedagogicamente.

Sobre Educação:

Ninguém fique iludido que a coisa que vem do Ministério da Educação foi por que o Ministério da Educação pensou e achou que estava na hora de fazer e



agora vamos fazer. Não! Foram os movimentos que foram lá e exigiram que isso acontecesse.

(...)

Eu vou sempre quebrar essas barreiras. Mesmo que seja dentro de uma sala de aula e ficar só ali absorvendo e observando o conhecimento, mas um dia você vai abrir a boca e vai falar. Um dia você vai denunciar, um dia você vai se expor e vai colocar suas idéias. Mas assim você vai se enriquecendo de conhecimento. Então isso é uma das formas de se empoderar. Se eu pego uma arma como interesse de matar, isso é empoderamento? Não é! A gente tem que ter o conhecimento que o empoderamento ele vem junto com a própria liberdade.

(...)

Esse preconceito de raça e de gênero e também quando um menino é meio afeminado todo mundo começa a 'mangar' na escola e começa o menino a ficar escanteado. Aquele menino é diferente, aquele menino não é um bom exemplo pra brincar com os nossos filhos. E também a professora não vai lidar com esses conflitos com os pais nem com os outros alunos, deixa quieto. Deixa aquele menino quieto, e ele vai ficar isolado na escola até o dia que ele realmente resistir, ou tem aquele que desiste e sai da escola. Então esse é o tipo de escola que a gente quer que mude.

(...)

Aprender com os movimentos torna-se fundamental: educadores, alunos e universidades em geral. Na universidade também existe a dominação. É no currículo da universidade que se esconde muitas coisas contra a gente e a gente tem que lutar.

(...)

Eu acho que você não consegue nem realizar realmente um processo pedagógico se você traz um conhecimento em que o educando não consiga relacionar aquilo com sua própria vida. Isso não é interessante! Não é que eu esteja dizendo aqui que a teoria é menos importante do que a prática. Não esse o objetivo! Mas que uma teoria sem prática, ela é infértil. Ela é estéril, ela é morta, ela não tem alma! É realmente mais interessante que a gente consiga partir da prática para chegar à teoria.

(...)

As mulheres trabalhadoras rurais possuem uma gama de saberes independente do nível de escolaridade delas.



4. PRINCIPAIS RESULTADOS

Nas falas das mulheres, tanto do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quanto das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), reconhecemos em seus processos educativos, no interior destes dois Movimentos, aspectos centrais das ideias pedagógicas destas três importantes pensadoras latino-americanas; o que evidencia a atualidade de suas obras tanto com a questão da mulher e das relações de gênero quanto com a questão da educação.

Questões sobre cidadania, violência e corpo, acesso a informação e contra-educação dos veículos de mídia, e grande desafio da ideologia e concepção cultural de mundo foram partes em maior ou menor intensidade das preocupações destas intelectuais e que hoje ainda fazem partes das lutas das mulheres do campo.

Nesta direção, os processos educativos realizados por estes dois movimentos procuram situar a desigualdade das relações gênero, como uma construção história que tem mantido em condição de subalternidade mulheres de todas as classes sociais, especialmente as do campo. Assim, por meio da educação diferenciada, dialógica e emancipadora, que percebemos que os processos formativos levam às mulheres desses movimentos à desconstrução de suas subalternidades, a reconhecerem a força social e política que por questões culturais negavam possuir.

Assim, as vozes de **Nísia Floresta, Maria Lacerda de Moura e Gabriela Mistral** mantém vivas as lutas das mulheres do presente na América Latina, enquanto lugar privilegiado de construção de alternativas políticas contra as desigualdades sociais, na qual inclui as de relações de gênero que passam obrigatoriamente pela luta pela educação emancipatória, especialmente para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. Gabriela Mistral e a educação das nossas crianças. In: STRECK, Danilo R. (org) **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. p. 211-230. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.



AMORIM, Jaime de e SOUZA, Rubneuza Leandro. O Movimento Sem Terra no estado de Pernambuco: rumo aos 20 anos rompendo cercas construindo história. In: **Saberes – Revista do Observatório dos Movimentos Sociais**, nº1, p:40-52, jul, ago, set, out, 2008

BURAWOY, Michael (1991), The extended case method. In: M. Burawoy et al. (orgs), **Ethnography unbounded. Power and resistance in the modern metropolis**. Berkeley : University of California Press, 271-287.

BURAWOY, Michael (2000), Introduction: reaching for the global. In: M. Burawoy et al. (orgs), **Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world**. Berkeley : University of California Press, 1-40.

CABRAL, Maria Auxiliadora. O Movimento feminista e o MMTR-NE. In: **A estrada da sabedoria: sistematizando os caminhos para a formação de educadoras rurais do Nordeste – 1994-2006**. Caruaru: MMTR-NE

CASTRO, Amanda Motta Angelo; ALBERTON, Mirele; EGGERT, Edla. Nísia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época: educação e feminismo. *Poiésis*, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 46 – 55, Jan./Jun. 2010.

EGGERT, Edla; PACHECO, Joice Oliveira. Maria Lacerda de Moura e a educação libertária das para as mulheres. In: STRECK, Danilo R. (org) **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. p. 199-210. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KNORR, Eliane. Da criação de um lugar. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 3, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300017&lng=en&nrm=iso>. access on 24 June 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300017>

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal**. Volume I – Tese de Doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

MISTRAL, Gabriela. **Magisterio y niño**. Ed. de Roque Esteban Scarpa. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1979,



ROSA, Graziela Rinaldi. Nísia Floresta e a reforma na educação no Brasil em busca da equidade de gênero. In: STRECK, Danilo R. (org) **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. p. 89-104. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 11, maio, p: 9-86. Coimbra: CES, 1983.

SCHPUN, Mônica Raisa. Maria Lacerda de Moura: trajetória de uma rebelde. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 22, June 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 24 June 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100012>

